

ESTADO DO PARANÁ

CONSELHO ESTADUAL DE AJUDA HUMANITÁRIA

ATA

Aos 28 dias do mês de outubro de 2025, reuniram-se de forma virtual os membros do Conselho Estadual de Ajuda Humanitária para deliberar, estando presentes o sr. Cel. QOBM Fernando Raimundo Schunig, Coordenador Estadual da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, o sr. Rogério Helias Carboni, Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família, e o sr. Valdemar Bernardo Jorge, Secretário de Estado da Justiça e Cidadania. Inicialmente, o Cel. Fernando apresentou as pautas a serem discutidas, que foram pontualmente deliberadas. **Tratou-se** sobre o pedido do Município de São João do Ivaí para atendimento a população em vulnerabilidade, tendo sido o pedido recebido por meio da SEDEF. A solicitação é de 100 cestas básicas. A demanda está registrada no e-protocolo 24.636.708-6 e possui embasamento no art. 3º, I, II, III, da Lei 21.981/2024. Os membros deliberaram com unanimidade pelo deferimento, sendo autorizado o atendimento com 100 cestas básicas. **Tratou-se** sobre o pedido do Município de Agudos do Sul para atendimento de grupos minoritários: quilombolas, indígenas, imigrantes, etc., tendo sido o pedido recebido por meio da própria entidade. A solicitação é de 200 cestas básicas. A demanda está registrada no e-protocolo 24.674.561-7 e possui embasamento no art. 3º, I, II, III, da Lei 21.981/2024. Os membros deliberaram com unanimidade pelo deferimento parcial, sendo autorizado o atendimento com 100 cestas básicas. **Tratou-se** sobre o pedido da Instituição Vozes do Campo e das Cidades para Atendimento a população em vulnerabilidade, tendo sido o pedido recebido por meio da própria entidade. A solicitação é de 50 cestas básicas. A demanda está registrada no e-protocolo 24.672.271-4 e não possui enquadramento legal. Os membros deliberaram com unanimidade pelo indeferimento. **Tratou-se** sobre o pedido do Município de Campo Magro para atendimento a população em vulnerabilidade, tendo sido o pedido recebido por meio da própria entidade. A solicitação é de 100 cestas básicas. A demanda está registrada no e-protocolo 24.676.721-1 e possui embasamento no art. 3º, I, II, III, da Lei 21.981/2024. Os membros deliberaram com unanimidade pelo deferimento, sendo autorizado o atendimento com 100 cestas básicas. **Tratou-se** sobre o pedido da Instituto Shalom para Atendimento a população em vulnerabilidade, tendo sido o pedido recebido por meio da SEDEF. A solicitação é de 50 cestas básicas. A demanda está registrada no e-protocolo 24.688.735-7 e possui embasamento no art. 3º, I, II, III, da Lei 21.981/2024. Os membros deliberaram com unanimidade pelo deferimento, sendo autorizado o atendimento com 50 cestas básicas. **Tratou-se** sobre o pedido do Instituto Lótus para atendimento a população em vulnerabilidade, tendo sido o pedido recebido por meio da SEDEF. A solicitação é de 350 (trezentos e cinquenta) brinquedos. A demanda está registrada no e-protocolo 24.690.449-9 e não possui enquadramento legal. Os membros deliberaram com

unanimidade pelo indeferimento por indisponibilidade de material. **Tratou-se** sobre o pedido da Associação de Moradores Amigos da Vila Agrícola/ CAJURU para atendimento a população em vulnerabilidade, tendo sido o pedido recebido por meio da SEDEF. A solicitação é de 50 cestas básicas. A demanda está registrada no e-protocolo 24.699.034-4 e possui embasamento no art. 3º, I, II, III, da Lei 21.981/2024. Os membros deliberaram com unanimidade pelo deferimento, sendo autorizado o atendimento com 50 cestas básicas.

Tratou-se sobre o pedido da Associação Cultural, Artística e Social do Município de Rancho Alegre para atendimento a população em vulnerabilidade, tendo sido o pedido recebido por meio da SEDEF. A solicitação é de 50 cestas básicas. A demanda está registrada no e-protocolo 24.699.276-2 e possui embasamento no art. 3º, I, II, III, da Lei 21.981/2024. Os membros deliberaram com unanimidade pelo deferimento, sendo autorizado o atendimento com 50 cestas básicas.

Tratou-se sobre o pedido da Instituição Nossa Senhora da Penha no Município de Terra Rica para atendimento a população em vulnerabilidade, tendo sido o pedido recebido por meio da SEDEF. A solicitação é de 1 (um) reservatório de água. A demanda está registrada no e-protocolo 24.705.626-2 e não possui enquadramento legal. Os membros deliberaram com unanimidade pelo indeferimento por indisponibilidade de material.

Tratou-se sobre o pedido do Município de Guaraqueçaba para atendimento a população em vulnerabilidade, tendo sido o pedido recebido por meio da SEJU. A solicitação é de 100 cestas básicas. A demanda está registrada no e-protocolo 24.694.203-0 e possui embasamento no art. 3º, I, II, III, da Lei 21.981/2024. Os membros deliberaram com unanimidade pelo deferimento, sendo autorizado o atendimento com 100 cestas básicas.

Tratou-se sobre o pedido do Instituto Shalom para atendimento a população em vulnerabilidade, tendo sido o pedido recebido por meio da própria entidade. A solicitação é de 100 cestas básicas, 100 cobertores, 100 kit higiene, 100 kit limpeza e 50 colchões. A demanda está registrada no e-protocolo 24.688.743-8 e não possui enquadramento legal. Os membros deliberaram com unanimidade pelo indeferimento por duplicidade do pedido.

Tratou-se sobre o pedido da Município de Leopólis para atendimento a população em vulnerabilidade, tendo sido o pedido recebido por meio da SEDEF. A solicitação é de 100 cestas básicas. A demanda está registrada no e-protocolo 24.741.807-5 e possui embasamento no art. 3º, I, II, III, da Lei 21.981/2024. Os membros deliberaram com unanimidade pelo deferimento, sendo autorizado o atendimento com 100 cestas básicas.

Tratou-se sobre o pedido da Município de Cianorte para atendimento a população em vulnerabilidade, tendo sido o pedido recebido por meio da SEDEF. A solicitação é de 100 cestas básicas. A demanda está registrada no e-protocolo 24.794.424-9 e possui embasamento no Art. 3º, I, II, III, da Lei 21.981/2024. Os membros deliberaram com unanimidade pelo deferimento, sendo autorizado o atendimento com 100 cestas básicas.

Tratou-se sobre o pedido da Município de Kaloré para atendimento a população em vulnerabilidade, tendo sido o pedido recebido por meio da SEDEF. A solicitação é de 100 cestas básicas. A demanda está registrada no e-protocolo 24.832.408-2 e possui embasamento no art. 3º, I, II, III, da Lei 21.981/2024. Os membros deliberaram com unanimidade pelo deferimento, sendo autorizado o atendimento com 100 cestas básicas.

Tratou-se sobre o pedido da Município de Novo Itacolomi para atendimento a população em vulnerabilidade, tendo sido o pedido recebido por meio da SEDEF. A solicitação é de 50 cestas básicas. A demanda está registrada no e-protocolo 24.832.965-3 e possui embasamento no art. 3º, I, II, III, da Lei 21.981/2024. Os membros deliberaram com unanimidade pelo deferimento, sendo autorizado o atendimento com 50 cestas básicas.

Tratou-se sobre o pedido da Município de Ramilândia para atendimento a população em vulnerabilidade, tendo sido o pedido recebido por meio da própria entidade. A solicitação é de 100 cestas básicas. A demanda está registrada no e-protocolo 24.836.857-8 e possui

embasamento no art. 3º, I, II, III, da Lei 21.981/2024. Os membros deliberaram com unanimidade pelo deferimento, sendo autorizado o atendimento com 100 cestas básicas. **Tratou-se** sobre o pedido da Município de Quarto Centenário para atendimento a população em vulnerabilidade, tendo sido o pedido recebido por meio da SEDEF. A solicitação é de 50 cestas básicas. A demanda está registrada no e-protocolo 24.838.164-7 e possui embasamento no art. 3º, I, II, III, da Lei 21.981/2024. Os membros deliberaram com unanimidade pelo deferimento, sendo autorizado o atendimento com 50 cestas básicas. **Tratou-se** sobre o pedido da Município de Iretama para atendimento a população em vulnerabilidade, tendo sido o pedido recebido por meio da SEDEF. A solicitação é de 100 cestas básicas. A demanda está registrada no e-protocolo 24.864.029-4 e possui embasamento no art. 3º, I, II, III, da Lei 21.981/2024. Os membros deliberaram com unanimidade pelo deferimento, sendo autorizado o atendimento com 100 cestas básicas. **Tratou-se** sobre o pedido do acampamento Indígena São João da Colina - Pitanga/PR para atendimento a população em vulnerabilidade, tendo sido o pedido recebido por meio da MPPR. A solicitação é de 100 cestas básicas. A demanda está registrada no e-protocolo 24.900.523-1 e possui embasamento no art. 3º, I, II, III, da Lei 21.981/2024. Os membros deliberaram com unanimidade pelo deferimento, sendo autorizado o atendimento com 100 cestas básicas. E nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, da qual, para constar, foi lavrada a presente ata, que segue assinada pelos membros presentes.

[Assinado eletronicamente](#)

Cel. QOBM Fernando Raimundo Schunig
Coordenador Estadual da Defesa Civil

[Assinado eletronicamente](#)

Rogério Helias Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família,

[Assinado eletronicamente](#)

Valdemar Bernardo Jorge
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

Documento: **13ata28out25CEAH.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Rogério Helias Carboni** em 31/10/2025 11:20.

Assinatura Avançada realizada por: **Cel. Qobm Fernando Raimundo Schunig (XXX.745.769-XX)** em 31/10/2025 09:51 Local: CEDEC/CH/CE.

Assinatura Simples realizada por: **Valdemar Bernardo Jorge (XXX.071.889-XX)** em 26/11/2025 19:30 Local: SEJU/GS.

Inserido ao protocolo **22.470.118-7** por: **Cap. Qobm Marcos Vidal da Silva Junior** em: 31/10/2025 08:10.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: